

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 816.846 - PR
(2015/0293187-1)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : MARIO MACHADO LOPES
AGRAVANTE : MARCOS ROBERTO SANGUINO LOPES
ADVOGADOS : CÉSAR AUGUSTO PRAXEDES - PR019935
ITEL EDUARDO TURBAY POLONIO E OUTRO(S) - PR023963
WANESSA MARQUES SANTOS - DF031270
GUILHERME RODRIGUES CARVALHO BARCELOS - RS085529
VALÉRIA MANGANOTTI OLIVEIRA - PR061582
VICTOR NEGRINI GOLDANI - SC052935
AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : GLAUCO IWERSEN E OUTRO(S) - PR021582
MARIANA PEREIRA VALÉRIO GIMENES - PR040681
PAULO ANTONIO MULLER E OUTRO(S) - PR067090
AGRAVADO : MAISA RODRIGUES DE AZEVEDO
AGRAVADO : IGOR VITOR RODRIGUES DE AZEVEDO
ADVOGADOS : JOSÉ GERONIMO BENATTI - PR007511
DULCILENE DE FÁTIMA RODRIGUES BRAMBILLA E
OUTRO(S) - PR027947

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO FATAL. COLISÃO DE VEÍCULOS EM RODOVIA. RESPONSABILIDADE PELO EVENTO DANOSO. ABSOLVIÇÃO NO JUÍZO CRIMINAL. INDEPENDÊNCIA DA ESFERA CIVIL. CULPA DO AGRAVANTE RECONHECIDA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. QUANTUM DO DANO MORAL. VALOR RAZOÁVEL. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. INEXISTÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Os agravantes foram condenados em ação de indenização ajuizada por esposa e filho de vítima fatal de acidente de trânsito. A Corte de origem, examinando o acervo fático-probatório, concluiu pela responsabilidade do motorista agravante.
2. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, apenas a absolvição criminal por inexistência do fato ou por exclusão da autoria interfere na esfera cível, o que não ocorre no caso dos autos.
3. O valor arbitrado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais somente pode ser revisado em sede de recurso especial quando irrisório ou exorbitante.
4. No caso, o montante fixado em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) não se mostra exorbitante nem desproporcional aos danos causados aos autores, esposa e filho da vítima, morta no acidente.

Superior Tribunal de Justiça

5. Consoante entendimento desta Corte, a indenização por danos morais e materiais fixada em montante inferior ao pedido não configura sucumbência recíproca.
6. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente o Sr. Ministro Antonio Carlos Ferreira.

Brasília, 17 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator

